

Limite em corte de gasto afeta menos infraestrutura

Érica Polo
De São Paulo

Setores como a infraestrutura podem ser menos prejudicados com o limite de até 25% no corte dos gastos públicos em caso de descumprimento de meta do déficit primário, mas a mudança ainda não trará impacto relevante para os aportes em obras públicas, avaliam economistas.

A trava foi estabelecida no texto do arcabouço fiscal aprovado pela Câmara dos Deputados no mês passado. "O governo [federal] podia contingenciar o que quisesse. Agora está limitado a, no máximo, 25%", rememora o economista Gabriel Leal de Barros, sócio da Ryo Asset.

"Passa a ter um limite máximo

para o governo passar a faca e cortar investimentos [se descumprir meta fiscal]. Como infraestrutura está dentro disto, naturalmente será afetado", resume. O texto também cria, lembra, um piso para investimentos de modo geral, de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

O texto aprovado pelos deputados permitiu o contingenciamento dos investimentos na mesma proporção das demais despesas discricionárias (as não obrigatórias), em 25%, continua Barros. "O contingenciamento poderia levar a despesa executada com investimentos a ficar abaixo do mínimo, de 0,6% do PIB", emenda o economista.

A regra cai bem para proteger áreas que geralmente ficam no fim

da fila das prioridades, comentam economistas. Entre elas transportes, que recebem a maior parte da injeção de dinheiro do governo federal em infraestrutura. Saneamento é alvo de aporte público, mas de Estados e municípios. Energia e telecomunicações, por sua vez, vem recebendo cada vez mais aporte privado.

Mas apesar de positiva para o setor, a mudança, se aprovada, ainda não será suficiente para ampliar os investimentos. "A princípio é bom [para infraestrutura]. Mas não me parece que [o impacto] será muito relevante", opina Marcos Mendes, pesquisador do Insper.

Mendes lembra que boa parte dos recursos federais acaba consumida por emendas parlamentares,

que destinam o dinheiro para projetos menores. "É compra de trator para prefeitura, asfaltar buraco de uma rua, ou seja, não é infraestrutura estruturante", resume.

Eric Brasil, sócio da Tendências Consultoria, acrescenta que o texto aprovado não resolve um problema histórico do ponto de vista do investimento público em obras. "O grande problema está nas regras de destinação dos recursos públicos: nas vinculações existentes em despesas obrigatórias", diz. "E o arcabouço não resolve isso."

Segundo Brasil, mesmo que a arrecadação cresça, muitos gatilhos ainda puxam algumas despesas obrigatórias. "E, além disso, infraestrutura segue na alínea 'outros' entre os investimentos." Em

outras palavras, arrecadação maior não resulta em sobra volumosa de recursos e, ademais, não há obrigatoriedade para o gasto com obras — na prática, mesmo com o contingenciamento, o novo projeto trará pouca mudança.

"A parte do Orçamento que o Planalto tem disponível para fazer escolhas é pequena", resume o economista. Para ele, contudo, a saída não é aumentar a lista de gastos ou investimentos obrigatórios. "Pelo contrário", opina. Em sua avaliação, o Orçamento deveria ser menos engessado. "Vinculação obrigatória é ruim porque reduz a qualidade do gasto", continua. Ele entrega o típico exemplo de um órgão qualquer que gaste o que ainda há em caixa, sem muito critério ao fim do encerramento

de um determinado período, para não perder o recurso.

Há, ainda, um outro aspecto dos impactos do arcabouço fiscal sobre infraestrutura, mas relacionado aos efeitos para aportes privados. "Espera-se que a regra fiscal, uma vez bem entendida e assimilada, ajude no ambiente de negócios ao permitir a convergência das expectativas de inflação e consequente redução dos juros, e em seguida na disposição para financiar e para investir", comenta Fernando Camargo, sócio da LCA Consultores. "Me parece que os impactos são pequenos para 2023, podem ser mais importantes para o ano que vem em diante, a depender do comportamento das receitas", finaliza Camargo.